

CCDRC, CHUC e IREFREA apresentam Projeto Noite Saudável das Cidades do Centro de Portugal, na Assembleia da República:

# Centro do País promove Cidades Saudáveis

A CCDRC, em parceria com o CHUC (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra) e o IREFREA (Instituto Europeu para o Estudo dos Fatores de Risco-Portugal), fizeram a apresentação do Projeto Noite Saudável das Cidades do Centro de Portugal, no Auditório Almeida Santos da Assembleia da República.

O Projeto, financiado pela CCDRC, tem como população alvo os jovens, a comunidade escolar, as famílias, os empresários e a população em geral, e pretende envolver, em especial, as autarquias e os poderes locais, com o objetivo de desenvolver com cada município da região Centro um conjunto de iniciativas de prevenção, capaz de promover mudanças positivas nos comportamentos e nos espaços de diversão noturna e criar uma rede de cidades com políticas noturnas saudáveis, replicável noutras regiões do País, que se procurará inserir nas redes internacionais congêneres.

Os contextos recreativos noturnos desempenham um papel crescentemente importante na vida das cidades e dos jovens, mas têm em muitas situações uma ligação intrínseca com a rutura de hábitos de vida saudáveis e a associação a uma multiplicidade de fatores de risco em várias áreas (sexualidade, violência, consumo de álcool e de outras substâncias, condução rodoviária perigosa, etc.), cujas consequências põem em causa a saúde, a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Trata-se pois, e acima de tudo, de um projeto de Cidadania e Saúde, que a Revista Dependências, dá conta nesta edição.



**MANUEL DELGADO,  
SECRETÁRIO DE  
ESTADO DA SAÚDE**

***“Esta iniciativa rompe com os padrões tradicionais de combate a estes problemas”***

“Quería começar por saudar esta iniciativa, à qual atribuo a maior relevância na promoção da saúde, na prevenção dos factores de risco para a saúde dos indivíduos e para a tranquilidade e bem-estar da sociedade em geral. De facto, a diversão e a alegria dos nossos concidadãos é um direito saudável que devemos acarinhar e promover. Aliás, costuma dizer-se, em jeito de brincadeira, que uma boa gargalhada por dia reduzirá certamente a factura em antidepressivos.

Mas estes contextos recreativos apresentam riscos crescentes e cada vez mais complexos, que atingem hoje populações cada vez

mais jovens e desprotegidas. Desde os acidentes de viação ao aumento de casos de doenças contagiosas, passando pelos abusos de diversas substâncias, pela gravidez precoce indesejada, pela violência sexual ou até física e gratuita, são fenómenos que, habitualmente, associamos a momentos noturnos de diversão, relaxamento e prazer.

Esta iniciativa rompe com os padrões tradicionais de combate a estes problemas. Não se baseia na repressão de comportamentos e atitudes, antes opta pela dissuasão, pela consciencialização e pela educação dos mais jovens. Não é paternalista, orientando comportamentos ou instruindo as pessoas sobre o que devem ou não fazer. Pretende chegar à origem dos problemas, prevenindo riscos ou actuando mais perto dos locais e das circunstâncias. A ideia de um selo de qualidade para as empresas que tome medidas para tornar os seus espaços mais seguros e saudáveis ou o apoio, através de uma acção concertada em projectos de prevenção na rua, são bons exemplos desta postura inovadora, criativa e que promove novos hábitos e uma nova cultura de desfrute da noite, mais saudável e segura.

Estão envolvidas neste projecto todas as entidades públicas e privadas relevantes da região centro do país: os municípios, as instituições do SNS, as universidades, as escolas, as empresas, as forças de segurança, os investigadores, o turismo e um conjunto relevante de associações de intervenção social. Quería, em nome do Ministério da Saúde, agradecer o vosso trabalho, a vossa iniciativa e o que ela pode representar para a saúde pública e para a qualidade de vida das populações.

Sabemos que, em saúde, um euro bem gasto em promoção e prevenção tem um efeito reprodutivo seis a sete vezes superior a um euro gasto em prestação de cuidados mas também sabemos que a pressão das doenças e a limitação de recursos nos impedem muitas vezes de dedicar à promoção e à prevenção os recursos que estas áreas bem precisam. Este projecto, com a supervisão das entidades envolvidas, tornará com certeza o sistema de saúde mais eficiente e os portugueses, não só do centro do país mas de todo o território nacional, já que a perspectiva deste projecto é poder alargar-se às restantes regiões do país, ficarão mais saudáveis e mais felizes.

Podem por isso contar com o apoio permanente, atento e interessado do Ministério da Saúde.





**CATARINA MARCELINO, SECRETÁRIA DE ESTADO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE**

***“Este é um projecto que espero ver alargar-se ao país”***

“A democracia faz-se nas diferenças. Nós temos muitos anos de pensamento sobre estas temáticas e estas diferenças de pensamento são muito positivas porque nos confere uma maturidade muito grande quando se fala em consumos de estupefacientes, em prevenção, cidadania ou igualdade.

Julgo que este projecto tem uma componente que considero, logo à partida, muito interessante, que é o facto de não ficar apenas pelo território de Coimbra ou pela região centro... E de ter a ambição e a visão de fazer a ligação internacional. Nós devemos sempre tentar ir buscar os bons exemplos que se fazem fora do país e, de facto, entre as experiências da OMS, das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da UE, de um conjunto de redes que existem no âmbito municipal, existe um manancial enorme de coisas a acontecerem. É pois interessante percebermos o que se faz noutros territórios e adaptarmos à nossa realidade. E considero que este projecto também tem essa capacidade de perceber que existe um território e uma dinâmica de pessoas que não é igual a outros territórios e, mesmo dentro de Portugal, existe uma diversidade que devemos considerar. Agora, há uma base comum, que julgo que traz a preocupação a este projecto, que se pode disseminar por outros locais.

Quando estamos a falar sobre prevenção na noite, contexto temporal que assume uma importante dimensão nas nossas vidas, a parte simbólica e das representações não é de somenos importância. Quando falamos sobre a diversão nocturna, sobre a utilização dos espaços nocturnos, da saída, da rua, do ir para casa, do entrar no carro, tudo isto tem uma dimensão de representações da nossa vida do que é o ir de dia para a escola ou para o trabalho ou o estar no espaço da escola ou onde se trabalha. E este imaginário da noite também encerra o risco, que cria adrenalina, revela-se interessante e apelativo... E acho que não temos que querer acabar com nada disto, até porque entendo que seria inglório. Temos é que trabalhar com os jovens e com quem cria as dinâmicas no espaço nocturno, com quem assegura a segurança nas ruas, com quem assegura a segurança nos espaços nocturnos, com quem tem responsabilidade sobre a iluminação das ruas... Temos que trabalhar com todas essas pessoas no sentido de que esse risco possa ser controlado por cordões de segurança.

E isto tem a ver com muito mais do que o consumo de drogas. Tem a ver com comportamentos violentos, com assédio, com prevenção rodoviária e um conjunto muito alargado de questões. Creio que se educarmos para a cidadania e para comportamentos

saudáveis, estamos a prevenir todo o risco nas suas diferentes dimensões. Jovens com os quais se trabalhe na perspectiva da prevenção, dos seus comportamentos e forma de estar em sociedade, que conheçam os seus limites, ser mais resistentes à frustração e à pressão dos pares serão pessoas mais resilientes e capacidade de protecção e, por conseguinte, mais seguros na sua vida nocturna ou de diversão.

Costumo dizer que, na área da violência doméstica, estamos sempre a correr atrás do prejuízo... Nesta área, é o mesmo... Não investimos na prevenção no nosso país... Estamos sempre a falar disto, andamos há décadas a falar sobre prevenção mas, na verdade, mesmo quando olhamos para o sistema de ensino, achamos todos que é importantíssimo prevenir mas, quando chegamos ao momento da decisão e de organizar a escola, fica sempre para segundo plano, convertendo-se em algo transversal e não obrigatório.

Dou por mim a pensar muito sobre isto, trabalho muito sobre isto, tenho muita ambição de conseguir criar na escola a área da cidadania como parte integrante da organização escolar porque acredito profundamente que, se trouxermos pensamento crítico para dentro das escolas, se tivermos educação para a saúde, para a cidadania e para todos estes comportamentos de riscos, se falarmos com as crianças e com os jovens sobre estes temas, estaremos certamente a prevenir o futuro. Acho que falamos sobre isto há anos mas ninguém faz isto. E até vou mais longe: por que é preciso ter uma área de educação para a cidadania nas escolas? Se todos os agentes da educação trouxessem discussão e pensamento crítico para as suas acções e o quotidiano e a realidade para o ensino de tantas disciplinas, que todas permitem isto, se calhar era possível trabalhar estas áreas transversalmente na escola. Não sendo esta a realidade, precisamos de fazer um período de transição para que um dia possa ser assim.

Projectos como este permitem que possamos fazer a segunda parte deste processo na comunidade. Que consiste em trabalharmos com os jovens mas também com os agentes da noite e considero que aí é que o projecto se revela extraordinário. Porque o projecto possibilita que olhemos para o espaço físico envolvente aos espaços nocturnos na perspectiva da obtenção de maior segurança... Como podemos formar os profissionais que estão por detrás dos balcões, quem está à porta, o DJ... Há aqui caminhos novos e diferentes que este projecto encerra e confesso que gostava muito de vê-lo sair de Coimbra e adquirir um âmbito nacional. É sobretudo inovação social, numa visão mais holística da saúde, aposta na segurança e numa comunidade saudável. Por isso o considero extraordinário, não se limitando às questões da saúde física ou mental, indo muito além, para o domínio dos valores que queremos ter enquanto comunidade.

Temos que pensar que sociedade estamos a criar. Todos somos responsáveis por esta sociedade e, por isso é muito importante que surjam mais projectos como este, que aliem várias vertentes porque o nosso território é tudo isto: é saúde, é a área social, é a educação, é a responsabilidade, os municípios têm uma responsabilidade importantíssima, bem como os transportes públicos... Em suma, acho que este é um projecto de grande desafio e que espero ver alargar-se ao país. E, publicamente, quero disponibilizar todo o meu apoio ao projecto enquanto secretária de estado mas igualmente enquanto pessoa”.



**ANA ABRUNHOSA,  
PRESIDENTE DA CCDR  
CENTRO**

**“Envolver  
todos num  
trabalho em  
rede”**



**FERNANDO MENDES,  
PRESIDENTE DO  
IREFREA PORTUGAL**

**“O que  
pretendemos  
é que os  
jovens tomem  
decisões  
informadas”**

**Ser “mãe” de um projecto como este extravasa um pouco o contexto tradicional das comissões de coordenação e desenvolvimento regional... Em que medida corresponderá a uma regionalização conjunta da saúde e da educação?**

**Ana Abrunhosa (AA)** – É usar o poder mobilizador de uma instituição regional, que tem meios financeiros à sua disposição, para ajudar a implementar na região um projecto maravilhoso que, por falta de meios, ainda não se propagou mais. Já existem experiências, agora é dar-lhe dimensão e escala, usando apenas o nosso poder mobilizador e também financeiro, para conferir mais massa crítica e adensar a rede e torna-lo uma referência nacional e internacional.

**Não será um objectivo demasiadamente ambicioso promover uma noite saudável em cidades tão diferentes e com culturas tão distintas?**

**AA** – Não é. Estamos habituados a trabalhar respeitando as realidades e contextos específicos. Portanto, o que o projecto vai permitir fazer é envolver as comunidades locais, aproveitar as dinâmicas que já estão no território, criar e desenvolver metodologia, sensibilizar e capacitar quem está no terreno. Até porque já existe muito conhecimento científico, como o que o IREFREA tem, que é importante passar para estas comunidades de trabalho. Aqui, o que vamos fazer é ajudá-las no seu dia-a-dia e coloca-las numa rede que só pode dar força e credibilidade ao seu trabalho, respeitando as especificidades e aproveitando o trabalho local que, em muitos municípios já está a ser feito com os jovens, com as dependências e também nesta área dos problemas da noite. Na CCDR também procuramos fazer o que aconselhamos: também trabalhamos em rede, também nos inspiramos nas boas ideias e, como temos uma grande experiência de gestão de projectos, quando esta ideia nos foi apresentada, comecei logo a imaginar um projecto que teria que ser de base científica, de qualidade e de referência mas que, obrigatoriamente, envolvesse os actores que têm poder mobilizador, ou seja, as autarquias, por onde tudo passa, onde tudo começa e acaba.

“As famílias e os contextos recreativos são áreas em que temos apostado muito, sendo que grande parte da produção científica tem passado por nós, com vários estudos nacionais e internacionais realizados em parceria. Temos chamado a atenção para algumas situações complexas relacionadas com os contextos recreativos e com o que se está a passar nas nossas noites... Desenvolvemos projectos e acções destinados a professores, a técnicos afectos à área da saúde, a jovens e pais, a par de muita consultadoria e trabalho em equipa com colegas que nos procuram.

Um programa em que temos apostado em particular ao longo dos últimos anos é o Tu Decides, que adaptámos há muitos anos dos colegas espanhóis e que trabalhamos no sentido de o implementar a nível nacional. No final, o que pretendemos é que os jovens decidam por si próprios relativamente à opção de consumir. Trabalhamos no sentido de que possam decidir da melhor maneira... Outro projecto para nós especial é o Antes que te Queimes, que leva já dez anos de trabalho contínuo na Queima das Fitas e na Latada, com o apoio da ARS, da Escola de Enfermagem. No âmbito deste projecto, recebemos gente de Angola, Cabo Verde, Líbano, Eslovénia e da Eslováquia, que nos procuraram e vêm aprender connosco. E sinto que também contribuimos para o grupo de Portugal e, de certa maneira, para o PIB...

Estas acções têm-nos levado um pouco a todo o lado. Temos percorrido vários países, onde temos formado profissionais e, se nos procuram, é porque garantimos um selo de garantia de qualidade. Já organizámos uma série de conferências nacionais e internacionais e, há dois anos, fomos convidados para organizar, no âmbito do Club Health, um evento mundial que trouxe gente de todo o mundo a Lisboa para falar sobre contextos recreativos.

Desde sempre, ouvimos falar sobre a importância das famílias, dos pais, da escola e dos filhos mas não constatamos a existência de uma política específica para as escolas ou para as famílias e, então, iniciámos um trabalho de aproximação a pais e educadores, com a disponibilização de ferramentas que lhes permitam estar de maneira diferente, ver os filhos de maneira diferente e perceber algumas coisas...

Outro projecto europeu que teve grande impacto e que estamos a tentar implementar nalguns municípios tem a ver com o consumo de álcool em populações mais jovens. Desenvolvemos um projecto no concelho de Coimbra, em que percebemos que existem crianças em idade escolar com consumos e, nesse sentido, tentámos implementar uma estratégia que envolvia a escola, os pais, a associação de pais, professores, o centro de saúde, o hospital, as pessoas que vendem bebidas alcoólicas e mais um conjunto de parceiros. Esse projecto já foi avaliado e, certamente, também fará parte deste nosso próximo projecto.



Também desenvolvemos um manual destinado às pessoas da noite, no âmbito do qual Portugal teve um work package específico para fazer o desenho e avaliação deste instrumento focado nos barmans, nos DJ, nos RP e toda uma série de profissionais que têm a ver com o contexto recreativo, que pode desempenhar um papel preventivo e estar atento e dar uma resposta diferenciada.

Para terminar, dar-vos-ia a ideia de que Portugal está envolvido em vários projectos europeus, destacando um ligado às questões relacionadas com a violência de género em contextos recreativos. Neste âmbito, Portugal está a organizar um módulo específico de formação para as pessoas que trabalham na noite, no sentido de prevenir, por exemplo, violações ou tentativas de violação.

Finalmente, há três anos, quando fomos associados do Fórum e após a celebração de várias parcerias em Coimbra, surgiu a ideia deste encontro. E no Fórum, fomos desafiados a desenvolvermos um projecto que mostrasse que seria possível fazer diferente. Conseguindo alcançar as parcerias certas entre o sector público e o privado, alcançaremos impacto, devidamente avaliado. Mais uma vez, espero que a região centro possa, muito em breve ser o espelho do nosso trabalho e do empenho entregue a este enorme desafio”.



**ELZA PAIS,  
DEPUTADA P.S.**

**“O modelo  
Português  
deve orgulhar a  
todos”**

“Este é um projecto que não exclui, que integra, e ganhador porque permite que todas as pessoas ganhem: ganham as pessoas que estão no projecto e as entidades envolvidas. Portanto, qualquer financiamento é, sobretudo, um investimento. E ganham ainda os políticos porque vêem que o trabalho, por vezes árduo, que se faz nesta casa, tem depois repercussões no terreno, na construção de estratégias saudáveis para os jovens e as suas famílias. Não posso deixar de referir o papel importante e pioneiro que Portugal representa para o mundo em matéria de dependências e este projecto quer pela sua dinâmica, quer pela envolvente municipal pode dar uma excelente resposta para um fenómeno que nos preocupa a todos. Nunca é demais referir o “modelo Português” que nos deve orgulhar a todos, pela intervenção centralizada no cidadão, pela inovação e avaliação das respostas. Ainda hoje está por perceber ao razões e os motivos que ditaram a extinção do IDT um organismo que tutelava um modelo que produzia ganhos em saúde e que rompia fronteiras, o tempo já mostrou que a decisão do governo anterior de extinguir o IDT foi uma medida impensada e com consequências gravosas para a saúde individual, para a saúde pública, para a segurança percebida pelas populações, para os utentes, famílias, em resumo para a qualidade de vida da nossa comunidade. Neste particular estou de acordo e associo-me ao meu colega deputado do PCP, é preciso reverter esta situação e criar uma nova estrutura, chame-se SICAD ou outra coisa qualquer mas que venha a repor os níveis de excelência na

coordenação e intervenção no combate à toxicodependência, ao alcoolismo e a outras dependências com e sem substância, integrando as vertentes da prevenção, da dissuasão, da redução de riscos, do tratamento e da reinserção social, pois só assim garantiremos uma resposta integrada ao fenómeno que hoje aqui estamos a tratar, e que espero e desejo que o projecto aqui apresentado para as cidades da Região Centro tenha o maior sucesso e possa ser replicado em mais regiões do País”.



**RICARDO BATISTA  
LEITE, DEPUTADO  
DO PSD**

**“Tolerância  
zero em relação  
à condução  
sob o efeito do  
álcool”**

“Quando olho para projectos desta natureza, fico muito satisfeito por ver uma iniciativa a partir do local a mostrar um bom exemplo para o nacional. É claramente o que estamos aqui a verificar. Existem aqui algumas palavras que saltaram claramente, como a questão da segurança, da violência, do álcool, das drogas, do sexo, do VIH/sida, das hepatites e das infeções sexualmente transmissíveis. E foi aqui levantado como isto nos toca a todos, seja por via dos filhos, sobrinhos ou amigos...”

A noite, de facto, pode ter consequências positivas mas também negativas se não soubermos gerir essa relação com essa importante componente da nossa vida em sociedade. Como dizia a Dra. Elza Pais, é importante construirmos consensos e caminhos conjuntos para que possamos tirar lições daquilo que vai ser executado a nível local. E as autarquias têm que assumir também uma iniciativa, em colaboração com as forças de segurança, compreendendo quais são os desafios que existem.

Depois, a questão do álcool é também particularmente sensível. Se, à escala global, houve um decréscimo do consumo, o que traduz uma boa notícia, a verdade é que Portugal continua, infelizmente, com os níveis mais elevados de consumo e devo dizer que, na legislatura passada, passámos por uma situação surreal, que foi termos uma alteração da lei da idade mínima em duas fases... Mas o que interessa é que a idade mínima foi estabelecida pelo menos para os 18, sendo certo que álcool é álcool... E quando se fala de diversão nocturna, existem exemplos internacionais muito interessantes: quando olhamos, por exemplo, para o Canadá, as casas de diversão nocturna são co-responsabilizadas directamente caso haja algum acidente de viação associado ao consumo de álcool. Ou seja, a pessoa tem que fazer o teste à saída do estabelecimento e a casa que vendeu álcool àquela pessoa é co-responsável caso não chame um transporte público ou não avise as autoridades. Por outro lado, termos estabelecimentos que permitam um consumo continuado até às seis, sete ou oito da manhã, cria situações de risco que devem ser tidas em conta, particularmente numa cidade como Coimbra. Algo que não consigo compreender é por que não temos uma política de tolerância zero em relação à condução sob o efeito do álcool.

Depois, falou-se aqui na questão das drogas e, naturalmente, a principal causa de morte continua a ser o tabaco. Houve importantes avanços nos últimos anos com a limitação e, embora percebamos que o número de fumadores em Portugal não diminuiu, constatamos que houve uma diminuição significativa dos cancros relacionados com o tabaco, o que indicia que os fumadores passivos deixaram de estar tão expostos ao fumo, o que traduz um avanço civilizacional que nos deve orgulhar. Por outro lado, tivemos a questão das smart shops, que proliferavam que nem cogumelos, em que a política proibicionista, neste caso, fez sentido. Depois, existem fenómenos mais antigos com os quais continuamos a ter dificuldade em trabalhar, como os casos da cocaína e da heroína, em que continuamos, sobretudo em zonas de elevado consumo, a não ter salas de consumo assistido, que poderiam ser ferramentas que potenciarium um acompanhamento na perspectiva da dependência como uma questão de saúde. E, por fim, a velha questão da cannabis, que insistimos em meter no mesmo saco e para a qual urge abrir o debate em torno da liberalização, sendo que o que me preocupa verdadeiramente é o consumo abaixo dos 21 anos de idade, fortemente associado a futuros episódios de esquizofrenia, assim como o aumento do consumo de cannabis de origem sintética, o que é natural num mercado sem qualquer tipo de regulação.

O que vejo de grande mérito nesta iniciativa é que são as próprias instituições, não apenas de saúde mas de toda a comunidade, a juntarem-se e a dizerem de uma vez por todas que chega, basta e não vamos apenas reagir. Vamos agir, vamos ter um papel proactivo e, nesse sentido, temos até que repensar os modelos de financiamento que temos para a saúde pública em Portugal. Creio que podem ser um bom exemplo a partir do exemplo para o resto do país e que todos nós possamos aprender convosco”.



**TERESA ANJINHO,  
DEPUTADA CDS-PP**

**“É um projecto de mobilização, e intervenção Municipal”**

“Este é um projecto que não tem apenas o foco na promoção da saúde. Equivale a muito mais do que isso: à prevenção da doença, a ganhos da saúde e, ainda mais longe, à promoção do desenvolvimento individual e colectivo. Aliás, as intervenções demonstraram-no quando trouxeram a linguagem económica, que não devemos ter medo de trazer a este tipo de debate, até porque são muitas vezes os números que abrem a porta do diálogo e da exposição.

Gostaria de saudar o projecto na sua essência e de dizer que é um exemplo claro da importância da mobilização, da intervenção e do interesse municipal. A cidade é, sem dúvida o nível mais próximo do governo e, portanto, aquele que poderá ter mais de positivo, tanto do conhecimento dos casos como na maneira de influenciar os factores que afectam a saúde. E se há uma área em

que é fundamental lidar bem com as percepções é esta. E é importante que estes projectos tenham e nos dêem essa capacitação porque nos vão treinar o olhar.

As políticas proibicionistas e restritivas podem ter e muitas vezes têm um papel muito importante, como sucedeu no contexto do tabaco mas também podem levar a desinvestimentos em matéria de prevenção. Por isso, considero fundamental, como foi aqui apresentado, a existência de um gabinete de monitorização porque os números podem vir a justificar uma política de prevenção e de promoção da saúde mais a montante, capacitando e envolvendo indivíduos, famílias, escolas e comunidades”.



**JOÃO RAMOS,  
DEPUTADO PCP**

**“Foi um erro acabar com o IDT”**

“Pouco mais me cabe do que saudar este projecto e todos os seus envolvidos... No interior do país, de onde venho, estas questões eram mais colocadas ao nível da saúde mental dos vizinhos dos bairros, que não conseguiam dormir à noite... E a primeira abordagem das autarquias consistia em definir os espaços e em conciliar estas matérias com o funcionamento dos estabelecimentos, também importantes para atrair os jovens para o concelho. Por isso, há aqui uma matéria relacionada com as autarquias e com o ordenamento do território, que não deixa de se cruzar com estas problemáticas, o que faz antever que a tarefa e o projecto que têm pela frente não se afigura fácil... Imagino que as vossas metas sejam ambiciosas e percebi que têm toda a vontade e empenho para as atingir.

O anterior Governo acabou com uma importante estrutura em matéria de droga e de toxicodependência, que era o IDT... Resolveu espartilhá-lo, nomeadamente atribuindo responsabilidades às ARS e nós e um conjunto alargado de profissionais que trabalhavam nestas matérias, entendemos que isto foi errado, porque resultou numa fragmentação das respostas por parte dos serviços, o que levou, muitas vezes, à desmotivação na actuação. E, por isso, colocámos no âmbito do último Orçamento de Estado, o que foi aprovado, a possibilidade de uma estrutura fazer uma reavaliação que elegeisse a possibilidade de surgir uma estrutura, traduzida numa entidade pública responsável pela coordenação, planeamento, investigação, intervenção e combate à toxicodependência, alcoolismo e outras dependências de forma integrada. Por isso, as opções políticas também se cruzam muito com estas matérias”.

